

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 114/2023**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2023**

**I - DO OBJETO**

O objeto da presente dispensa de licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REPAROS EM ESTRUTURA METÁLICA E TELHADO NO CENTRO EDUCATIVO MUNICIPAL MEDIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC.**

**II – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666/93:

*“Art. 24 É dispensável a licitação:*

*...*

*IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;.”*

A “Emergência”, na escurteira lição Hely Lopes Meirelles, é assim delineada:

*“A emergência caracteriza-se pela urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízos ou comprometer a incolumidade ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, exigindo rápidas providências da Administração para debelar ou minorar suas consequências lesivas à coletividade.” (Direito Administrativo Brasileiro, 24ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 253).*

Mais adiante, o caput e parágrafo único do artigo 26 da Lei Federal n.º 8.666/93 assim dispõe:

*Art. 26 As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inc. III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas (...) deverão ser comunicadas,*

*dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.*

*(...)*

*Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:*

*I – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;*

*II – razão da escolha do fornecedor ou executante;*

*III – justificativa do preço;*

*IV – documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.*

Como visto, o art. 24, inciso IV, da Lei 8666/93 autoriza a contratação direta quando caracterizada a urgência no atendimento em virtude do risco de perecimento do interesse público, o que conduziria à simples verificação da necessidade da contratação e da urgência da solução, sendo este o diferencial em relação à contratação comum, tendo em vista a impossibilidade de se esperar os trâmites normais de um processo licitatório, em função do prejuízo que seria causado.

A propósito, a redação dada ao inciso em comento é bastante clara ao autorizar a dispensa nos casos de emergência ou calamidade, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança das pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares.

Neste sentido julgou o Tribunal de Contas da União:

*[...] "a urgência de atendimento para a dispensa de licitação é aquela qualificada pelo risco da ocorrência de prejuízo ou comprometimento da segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos e particulares, caso as medidas requeridas na sejam adotadas de pronto". (TCU. Processo nº 009.248/94-3. Decisão nº 347/1994 - Plenário e TCU Processo nº 500.296/96-0. Decisão nº 820/1996 Plenário).*

Sendo essas as razões de interesse público, justificam a contratação emergencial dos serviços.

### **III – DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA**

Considerando os frequentes vendavais e chuvas fortes, acompanhadas de granizo que tem ocorrido recentemente;

Considerando a infiltração de água da chuva em diversos locais do Ginásio do Centro de Educação Infantil Mediação, a qual vem molhando o foro de gesso de salas de aula, ocasionando danos e incômodos durante as aulas em dias de chuva;

Considerando que as infiltrações também ocorrem na parte onde há a quadra de esportes e arquibancadas, molhando a quadra em dias de chuva, oferecendo riscos para a prática de aulas de educação física e treinos esportivos que ocorrem com crianças no local;

Considerando que há dezenas de barras metálicas das tesouras que compõe a estrutura de suporte ao telhado, com uma das extremidades soltas, a qual, se a outra extremidade também se soltar pode, com a queda atingir alunos, professores ou qualquer outra pessoa que estiver nestes locais, podendo ocasionar sérios riscos para a saúde ou incluso óbitos, devido a altura do telhado e a forma de queda;

Foi solicitada a visita de três empresas ao local, para avaliação e apresentação de orçamentos de forma a solucionar estes problemas.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso IV da Lei n. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação.

Verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso III do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

*“Parágrafo único – O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:*

*I – Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;*

*II – Razão da escolha do fornecedor ou executante;*

*III – Justificativa do preço;*

*IV – Documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. ”*

Os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

A forma apresentada pela legislação vigente para enfrentar problemas dessa magnitude é a contratação emergencial estabelecida no inciso IV do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, observados os requisitos do art. 26 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

#### **IV – DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE**

A empresa escolhida neste processo para sacramentar a contratação do objeto pretendido, foi:

- **ANTONIO RAFAEL KLIDZIO LTDA, inscrita sob CNPJ: 46.851.493/0001-74, estabelecida na R Helmuth Schmidt, Centro, Cero Largo/RS.**

Em análise aos presentes autos, foram realizadas pesquisas de preços junto a três empresas, tendo a empresa escolhida apresentado o menor preço, visto que a Contratação da empresa supracitada é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando esta vinculada apenas à verificação do critério do menor preço.

#### **V – DA EXECUÇÃO**

Tendo em vista a situação emergencial, o prazo para execução dos serviços será de 15 (quinze) dias, contados da autorização de fornecimento emitida pelo setor de compras;

A contratada deverá realizar reparos no telhado do ginásio Ludovico Tozzo (em toda a sua extensão), anexo do Centro de Educação Infantil Mediação, fixando os parafusos necessários e efetuar vedação no telhado, de forma a sanar problemas de goteiras e infiltração de água;

Realizar a fixação de 45 (quarenta e cinco) unidades de barras metálicas localizadas nas tesouras que compõem a estrutura de suporte para o telhado, eliminando o risco de queda;

A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais necessários na execução dos serviços, bem como possuir todas as ferramentas e materiais de IPIs para segurança na execução.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

#### **VI- DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas.

No caso em questão verificamos a presença de três propostas, sendo escolhida a de menor valor.

#### **VII- DO PAGAMENTO**

O Município pagará pelo Objeto contratado, o valor global estimado de **R\$ 7.350,00 (Sete mil trezentos e cinquenta reais)**.

As despesas decorrentes desta dispensa de licitação correrão a cargo da dotação: (Projeto Atividade 2.089 – Elemento 3.3.90 – Despesa 29), prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2023.

#### **VIII – DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE:**

- I - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com o INSS compreendendo os Tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal, com validade para o dia 15/05/2024.
- II - Prova de regularidade fiscal para com a fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente, com validade para o dia 15/01/2024.
- III - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, comprovado com Certidão Negativa de Débito, com validade para o dia 17/12/2023.
- IV - Prova de regularidade perante o FGTS, comprovado com Certidão Negativa de Débito com validade para o dia 04/12/2023.
- V - Prova de regularidade perante a Justiça do trabalho, comprovado com Certidão Negativa de Débito expedida com validade para o dia 15/05/2024.

#### **IX – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- I – Certidão de Falência, Concordata e recuperação Judicial, com validade 17/12/2023.
- III – Declaração que não emprega menores.
- IV – Declaração de não ocupar cargo publico
- V – Certificado curso NR 35

VI – Contrato Social e Documento do Responsável

VII - Cartão CNPJ

VIII - Relatório do TCU

## **X – PRAZO CONTRATUAL E FISCALIZAÇÃO**

A vigência do presente contrato se iniciará na data de assinatura deste contrato, por um período de até 02 meses.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela servidora Ana Eliza Tauchert, Secretária de Educação, que atuará como representante institucional, nos termos do artigo 67 da Lei 8666/93.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela servidora Ana Eliza Tauchert, Secretária de Educação, que atuará como representante institucional, nos termos do artigo 67 da Lei 8666/93.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **XI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Efetuar a entrega dos objetos contratados nas condições acordadas;

Fornecer garantia dos materiais utilizados e serviços executados.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com erros ou vícios;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **XII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **XIII – CONCLUSÃO**

Em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, conforme verificado nos orçamentos apresentados, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Cordilheira Alta/SC, 21 de novembro de 2023.

---

**ANDRESSA BREANCINI**  
Presidente da Comissão

---

**ANGELITA GABRIEL**  
Membro da Comissão

---

**TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA**  
Membro da Comissão